



PROGRAMA SEGUNDO TEMPO COMO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: APROXIMAÇÕES ENTRE TEMPO E LAZER¹

Sheylazarth Presciliana Ribeiro

RESUMO

Este estudo descreve as relações entre um programa de esporte educacional, o Programa Segundo Tempo (PST), os movimentos de escola integral e as relações com lazer. O PST é um programa que oferece atividades esportivas no contra turno escolar e a escola integral é um movimento que objetiva ampliar o atendimento educacional para crianças e jovens. As relações entre as práticas esportivas e o tempo livre do grupo atendido são complexas, demandando reflexões sobre essa ação governamental. A metodologia de trabalho é a descrição e análise de conteúdo e, como conclusão entendemos que o PST contribuiu para o movimento de educação integral no Brasil e que sua proposta seria a de promover atividades que fugiriam do formato já ofertado pela escola influenciando as vivências de lazer dos atendidos pelo programa.

PALAVRAS-CHAVE: PST; lazer; educação integral.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte educacional, como o Programa Segundo Tempo (PST), se relacionam com os tempos de lazer dos beneficiários. Desse modo, é possível construir ligações entre programas de esporte educacional e o lazer. Ribeiro (2013) demonstrou que o lazer é tratado nos documentos² utilizados para a formação dos profissionais que atuam no programa e que o lazer é apresentado com diferentes concepções. Assim, este artigo tem o objetivo de refletir sobre uma das ideias presentes nos documentos da capacitação dos profissionais do programa que relaciona o movimento de ocupação dos tempos ociosos de crianças e jovens no Brasil com atividades de esporte educacional que influenciam as vivências de lazer desses grupos.

O Programa Segundo Tempo é uma ação governamental de repasse de verbas da união para os municípios e instituições federais através de convênios. As conveniadas tem a responsabilidade de gerir ações que contemplem crianças e adolescentes em idade escolar e

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Livros produzidos pela Comissão de especialistas em Educação Física para a formação profissional 2004 e 2005; o Material Didático para o processo de capacitação do PST 2008, Brasil (2008); Edição-piloto do livro Recreio nas Férias, Oliveira e Pimentel (2009); e Oliveira e Perim (2009).

fora do período das aulas. Assim, as atividades tornam-se práticas de lazer para muitos desses grupos.

Para entender essa relação entre o movimento de escola integral, o Programa Segundo Tempo (PST) e o lazer fazemos uma descrição da proposta do programa baseados nos documentos da formação dos profissionais do PST, e baseados nos trabalhos de Cavaliere (2007) analisamos as diferentes concepções sobre o movimento de ampliação da educação integral. Como consequência, através da obra de Elias (1998) analisamos as questões referentes aos tempos sociais conectando aos teóricos do lazer, Werneck (2003) e Dumazedier (1973), para entender que esses “tempos ociosos” estão conectados ao lazer. E finalizamos analisando através das obras de Zaluar (1994) e Cavaliere (2007) para entender as concepções que alimentaram o movimento de ocupação dos tempos ociosos das crianças e jovens.

Percebemos que o programa tem um amplo atendimento no Brasil e reconhece³ o lazer como um conteúdo relevante para a formação dos profissionais. Desse modo, compreender algumas ideias que cercam o lazer pode contribuir para ampliar o entendimento do lazer no processo de políticas públicas de esporte educacional e da educação integral.

PST, ESCOLA INTEGRAL E O LAZER

A execução do PST em todo o Brasil tem como perspectiva “fomentar a prática de esporte entre estudantes de escolas públicas no ensino fundamental” (BRASIL, [2003?], p. 1). Atualmente os documentos definem o objetivo de

Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. (FILGUEIRA, 2008, p. 8)

Percebo que o objetivo do programa se amplia, pois de um fomento as práticas de esporte entre estudantes, atualmente se descrevem o objetivos dessas práticas como promoção de desenvolvimento integral. Amplia-se também o discurso do esporte como formação da cidadania e é importante conhecer o processo pelo qual esses objetivos seriam cumpridos.

3 Embora, segundo Ribeiro (2013), esse conteúdo tenha sido inserido no currículo da formação dos profissionais de forma conturbada, hoje ele é uma temática trabalhada nos cursos de formação.

A operacionalização do PST dar-se-ia pela formalização de convênios, que são parcerias firmadas entre o ME, Estados e Municípios, iniciativa privada, entidades esportivas e organismos internacionais e não governamentais que demonstrassem capacidade de gerir os recursos promovendo a implantação de núcleos para o atendimento de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.

Os núcleos implantados atenderiam os alunos no contra turno escolar “para o desenvolvimento de atividades esportivas monitoradas, acompanhadas de reforço alimentar e de atividades de caráter educativo mais geral” (BRASIL, [2003?], p. 1). Portanto o PST tem o propósito de complementar a carga horária escolar, para que o aluno matriculado tenha atividades por todo o dia:

O programa atende crianças de 7 a 17 anos, criando um turno a mais na escola, assegurando reforço alimentar e escolar, numa parceria com outros ministérios, em particular o da Educação e o da Segurança Alimentar (BRASIL, [2003?], p. 1).

Em Darido e Oliveira (2009) encontramos o objetivo de

Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situações de risco social. b) Oferecer práticas esportivas educacionais estimulando crianças, adolescentes e jovens a manter interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral. c) Oferecer condições adequadas para a prática esportiva de qualidade. (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 208)

Percebo que seja na proposta do programa em 2003 ou na proposta atual, o ideal do PST é intensificar o tempo diário de permanência de crianças e jovens, seja dentro da escola ou fora dela. O atendimento pelos núcleos do Programa pode acontecer em quadras públicas, campos de futebol, associações de bairro etc. Outro fato que marcou a presença deste programa na escola é a ideia de que as crianças e adolescentes deveriam estar regularmente matriculadas em instituições escolares e preferencialmente públicas.

Atualmente, a principal característica dos beneficiários seria “crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social”. Entretanto, a idade de atendimento dos participantes é a idade escolar e o “tempo” que marca a participação desse público no programa seria um tempo fora da escola. Outro ponto que marca o atendimento a crianças e jovens fora do horário escolar é que o PST tem uma ramificação que se chama “PST mais Educação”, que é um programa com os princípios do PST padrão, que firma convênios com escolas já inscritas

no Programa Mais Educação do Ministério da Educação⁴.

Como visto o PST se propõem a fazer um “contra turno” escolar, ou seja, em um primeiro tempo, as crianças estariam no momento do ensino formal e, em um segundo tempo, estariam nos núcleos de esporte. A ideia de tornar integral o processo educativo das crianças e jovens não é nova já na década de 1930, a escola integral começa a ganhar força e se amplia até a década de 1980 com os trabalhos do Centro Integrado de Educação Pública (CIEPS) do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Na época, a intenção declarada era a de qualificar a educação fundamental do Estado, no entanto Cavaliere e Coelho (2003) demonstram que a situação dos CIEPS é muito variada.

Cavaliere (2007) elencou quatro concepções de escola de tempo integral: a assistencialista; autoritária; democrática; e multisetorial. A visão, predominante entre as demais, seria a de cunho assistencialista, que acredita que a escola integral é um espaço para os desprivilegiados que “devem suprir as deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família em que o mais relevante não é o conhecimento, e sim a ocupação do tempo e a socialização primária” (CAVALIERE, 2007, p. 1028).

A segunda concepção está orientada para a ideia de prevenção de crimes e autora nomeia de “autoritária”, pois o discurso dominante é o de que se a criança está presente o dia inteiro na escola é melhor que estar na rua. A ênfase, segundo essa abordagem, é a de que as rotinas rígidas e a formação para o trabalho são as prioridades das escolas de tempo integral.

A terceira visão denominada de democrática acredita que essa ação possa cumprir um papel emancipador e o tempo integral seria um meio para proporcionar uma educação mais “efetiva do ponto de vista cultural, com aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas” (CAVALIERE, 2007, p. 1029).

Por fim recente, surge a visão de tempo integral que independe da estruturação de uma escola de horário integral, e que a autora nomeia de “multisetorial de educação integral”. Segundo ela, a educação não deve estar centralizada em uma instituição, “as estruturas de Estado, isoladamente, seriam incapazes de garantir uma educação para o mundo contemporâneo e a ação diversificada, de preferência de setores não governamentais, é que poderia dar conta da educação de qualidade” (CAVALIERE, 2007, p. 1029).

4 O Programa Segundo Tempo Mais Educação é um programa que deliberadamente se reconhece como um processo de educação pelo esporte na ampliação do atendimento escolar. O PST padrão, entretanto, reconhece que seu atendimento se dá fora do horário escolar e que é um programa de esporte educacional, mas em seus documentos não encontrei referência de que o PST padrão seja vislumbrado como um programa de educação integral. Já Cavaliere (2007), considera que programas que atuam no contra turno, como o PST, estão fortalecendo as ações de educação integral no país.

Através de um levantamento de dados Cavaliere (2007) apresenta o crescimento de projetos no setor público de ampliação do tempo de escola, e entre as ações governamentais que nutrem esse objetivo o PST é apresentado como uma proposta de escola de tempo integral como nos diz a autora:

É notável o crescimento, nos últimos cinco anos, de projetos no setor público de ampliação do tempo de escola ou de criação do tempo integral em escolas de educação básica. Há projetos federais, estaduais e municipais sendo desenvolvidos e não apenas nas capitais e grandes cidades, mas também em cidades de pequeno porte. No âmbito federal, está em funcionamento o *Programa Segundo Tempo*, uma parceria dos ministérios dos Esportes e da Educação com instituições como SESI, SESC, SENAI e Forças Armadas, associações não governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas sem fins lucrativos. Por meio de convênios, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do programa, o qual prevê para depois das aulas regulares o “segundo tempo”, com a prática intensiva de uma modalidade esportiva, acompanhada de palestras educativas, reforço escolar e alimentação (CAVALIERE, 2007, p. 1025).

O PST pode contribuir para a abordagem multissetorial que pensa que o tempo integral não deve ser ofertado pela própria escola, na qual o aluno estuda, o que geraria articulações entre diferentes órgãos públicos para a prestação de serviços. Cavaliere (2007) lembra que a justificativa da ideia multissetorial de tempo integral parte do fato de os equipamentos escolares serem poucos e as vezes inadequados para comportar alunos dos dois turnos escolares. Portanto, outras instâncias, públicas ou não, poderiam disponibilizar espaços e recursos humanos, além disso, outra justificativa seria que “nas sociedades complexas, a educação precisa ser multifacética, incorporando diversos tipos de organizações sociais” (CAVALIERE, 2007, p. 1030).

Como obstáculos para tal abordagem, Cavaliere (2007) pontua que a ampliação da função educacional para várias esferas sociais dificultaria a manutenção de uma referência tanto para o aluno como para a proposta pedagógica. Tal fato, acrescido do contexto das fragilidades das instituições sociais, associada à pouca tradição de autonomia organizativa da sociedade, torna delicada a intervenção pedagógica nos vários serviços educacionais prestados pelo Estado. Outro apontamento diz respeito à intervenção de não-docentes junto ao público atendido, pois se esta prática pode ser significativa, por outro lado “aumenta a responsabilidade de planejamento, controle e avaliação, caso contrário pode-se transformar perigosamente o sistema de ensino em ‘terra de ninguém’” (CAVALIERE, 2007, p. 1031).

Ampliando os obstáculos levantados por Cavaliere (2007) sobre a reflexão dos programas de educação integral na educação básica, recorro ao trabalho de Bracht e

Almeida (2003), que afirmam que alguns programas esportivos, que anunciavam a valorização da educação física escolar, provocaram uma reação contrária. Os professores de Educação Física, que se apoiavam na proposta pedagógica da escola com a intenção de questionar e refletir sobre o esporte, tiveram seu trabalho desvalorizado frente aos profissionais de programas esportivos que trabalhavam pautados na reprodução do esporte enquanto competição.

Bracht e Almeida (2003) exemplificam um descompasso teórico que pode existir entre os profissionais da educação integral e os profissionais da educação básica. Esse descompasso também é uma das preocupações expressas pelo PST em seus documentos. Assim, existe um interesse em contratar professores e estudantes de Educação Física para promover as ações nos núcleos de esporte, para evitar práticas dadas como espontâneas. Existe, também, uma intenção de que os profissionais do PST reconheçam a proposta pedagógica da escola como prioridade para o processo educacional.

Outro ponto que dificulta a abordagem multissetorial de Cavaliere (2007) é que na leitura dos documentos do PST não foi encontrado referências do Programa como um programa de educação integral. Dessa forma, a autora considera o Programa como um participante do movimento de educação integral, mas os documentos do Programa não o tratam como tal, e não tratam o tema nos documentos de formação dos profissionais.

Percebo então que a intensificação do tempo de escola nem sempre garante um atendimento que caminhe junto aos interesses escolares. Por outro lado, a escola de tempo integral não está reduzida à busca de eficiência dos resultados escolares ou à adaptação às rotinas da vida urbana. Segundo Cavaliere (2007) tal pensamento poderia limitar os possíveis sentidos ou significados educacionais inovadores dessa ampliação, mas a maior parte do tempo não determina por si só práticas escolares qualitativamente diferentes. Assim, é necessário pensar sobre esse tempo que está incluso a integrar um “Segundo Tempo”.

O TEMPO E O LAZER

O tempo é um elemento fundamental para se compreender a organização do PST e segundo Elias (1998), é uma construção social, é um conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico. Para o autor, a categoria tempo é um símbolo de uma instituição social que tem um caráter constrangedor e formador, pois

A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência

do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade (ELIAS, 1998, p. 14).

Elias (1998) afirma que o tempo é uma instituição social que molda subjetividades e é construído pelas relações sociais. Partindo desse pressuposto, concordo com Cavaliere (2007) quando afirma que ao longo do século XX as mudanças, baseadas na cultura urbana, alteraram as relações sociais de tempo. A tentativa de promover mudanças como “a escolarização das massas, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho infantil, e a regulamentação das relações de trabalho” são ações que alteram a dinâmica das relações de tempo.

Assim, os tempos relacionados à escola são alterados quando questões sociais surgem, como por exemplo as demandas da escola integral relacionadas ao “bem-estar das crianças e jovens, ou às necessidades do Estado e da sociedade ou, ainda à rotina e conforto dos adultos, sejam eles pais ou professores” (CAVALIERE, 2007, p. 1019), portanto o PST é parte integrante dessas transformações sociais que vem reconfigurando as práticas e tempos sociais.

Para o entendimento acerca dos tempos escolares, resalto que existem os tempos que eram dados como disponíveis da obrigatoriedade escolar, mas a partir das políticas educacionais de tempo integral como o PST, vem tornando-o um tempo pedagogizado.

Do meu ponto de vista, esses tempos não escolares estariam relacionados a outras vivências culturais como o lazer. Exemplifico essa relação dos tempos sociais e as vivências do lazer com o trabalho de Werneck (2003). Segundo a autora, o lazer começa a ser pensado pela lógica de um “tempo livre” oriundo das conquistas trabalhistas. A concepção do lazer como “um período de tempo” foi pensada até a segunda metade do século XX no Brasil. A partir dos trabalhos do pesquisador Joffre Dumazedier, o lazer começou a ser entendido também como “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre e espontânea vontade, após livrar-se ou desembaraçar-se de suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Assim, o lazer passou a ser concebido também pelas lógicas de “interesse pessoal dos sujeitos”, no entanto, para Werneck (2003) a lógica do tempo está presente na maioria dos conceitos, seja entendido como tempo disponível, livre ou conquistado. Esses tempos nos ajudam a entender essa relação não-escolarizada que existia anteriormente à escola integral e desse modo, as maiores possibilidades de vivências de lazer estão relacionadas ao tempo das não obrigações escolares.

Dessa forma, a etimologia da palavra lazer está, frequentemente, associado à ideia de “horas disponíveis”. Para se compreender a transformação do lazer nas sociedades, “não se pode negligenciar sua relação com os momentos de “não-trabalho”, tampouco com as vivências e manifestações culturais construídas socialmente pela humanidade” (GOMES, 2003, p.57). Tal tempo de não-trabalho está relacionado a um “tempo de não obrigatoriedades”, como um tempo não-escolar.

Outro ponto a se considerar é a ideia de contra turno escolar, e nesse caso, entendo que o turno escolar é um turno de direito das crianças, jovens e aqueles que não tiveram acesso a escola na idade escolar. Por outro lado, o contra turno expressa a lógica do “contrário ao turno”, ou seja, um período de tempo que não tem o mesmo valor do primeiro descrito. De acordo com Cavaliere (2007), as atividades oferecidas num contra turno estariam ligadas à cultura, lazer, artes, dança, ou seja, tenta-se não repetir o mesmo formato escolar nas atividades da escola integral. Essas atividades seriam pensadas para que as crianças e jovens participem das aulas por interesses pessoais e não por obrigação.

Retomo que o PST é apresentado como uma política pública de Esporte Educacional, por isso o lazer inicialmente não fez parte dos seus objetivos de atendimento. Contudo, os documentos do PST apresentam preocupações no que concerne ao tempo não-escolar das crianças e jovens, como descrito a seguir:

Relembrando, os objetivos do Programa Segundo Tempo são os seguintes:

- a) *Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situações de risco social.*
- b) Oferecer práticas esportivas educacionais estimulando crianças, adolescentes e jovens a manter interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral.
- c) Oferecer condições adequadas para a prática esportiva de qualidade (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, P. 208).

Os enunciados apresentados expõem como o objetivo do programa está direcionado a ter um tempo ocupado. Esses tempos, ensinados pelos adultos às crianças e adolescentes, apontam como se deve viver para uma vida mais qualificada, com menos “perigos”. A necessidade de preencher o tempo com atividades esportivas mostra como esse tempo deve ser usufruído com atividades que garantam determinados “saberes”, pois não só a formatação do tempo molda personalidades, mas as atividades legitimadas nesse “lugar” também.

Um exemplo desse tipo de formação é apresentado por Zaluar (1991) que ajuda a compreender como “ficar na rua” passou a representar um “tempo perdido”. A autora

afirma que a “rua” passou a representar perigo e violência, e os programas sociais viriam para tirar a criança desse espaço perigoso. O discurso da “rua” como o lugar da violência e do medo alimentou os ideais dos programas sociais que dariam uma “oportunidade” da criança e jovem sair desse lugar indesejado. O medo da violência acentua esse discurso na década de 1990 e, como lembra Cavaliere (2007), essa é uma abordagem autoritária que está presente nos discursos dos projetos da educação integral.

Tal preocupação com a “rua” e o tempo das crianças e jovens é expressa por Zaluar (1994) quando afirma que “o ócio e o que fazer nele ou ainda como preenchê-lo sempre foi preocupação das classes privilegiadas ou abastadas”. Gomes (2003) mostra como as políticas públicas de esporte⁵ do início do século passado eram pensadas para produzir benefícios físicos e exercer influência moral e social sobre a população. Assim, as construções de vários equipamentos de esporte e lazer junto às atividades de enquadramento⁶ que eram oferecidas, “seriam capazes de guiar os impulsos instintivos dos menores, ocupando-os com exercícios e jogos que levariam à moral e ao caráter” (GOMES, 2003, p. 107).

CONCLUSÃO

Analiso que a proposta inicial do PST, como uma política pública educacional, não é apenas “ocupar” o tempo não-escolar das crianças, mas promover atividades que exerçam influências sobre os beneficiários, na expectativa de promover atividades que fugiriam do formato já ofertado pela escola. Assim, o PST passa a ter uma relação com o “tempo disponível” das crianças e jovens e com as atividades esportivas educacionais na expectativa de exercer uma influência sobre suas vidas.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST) AS INTEGRAL EDUCATION MOVEMENT: APPROACHES BETWEEN TIME AND LEISURE

ABSTRACT

This study describes the relationship between an educational sports program, the Programa Segundo Tempo (PST), the motions of integral education relations with leisure. The PST is a program that offers sports activities in school and the integral education is a movement that seeks to expand the educational services for children and youth. The relationship between sports practices and leisure group met are complex, demanded thoughts on this government action. The methodology is the description and analysis. We understand that the PST

5 A autora fala especificamente sobre as ações governamentais dos Jardins de Recreio de Porto Alegre na década de 1920.

6 Segundo Gomes (2003 b), os princípios de enquadramento de Berstein (1984, 1996) regulam as formas de realização das atividades nos jardins de recreio e estão relacionados à forma como as relações são concretizadas nesses espaços.

contributes to the integral education movement in Brazil and that his proposal would be to promote activities that would influence the experiences of leisure served by the program.

KEYWORDS: PST; leisure; integral education.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST) COMO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL: ENFOQUES EN EL TIEMPO LIBRE E EL ÓCIO
RESUMEN

Este estudio describe la relación entre un programa de deportes para la Educación, la duración del programa Segundo (PST), los movimientos de la educación integral e relaciones con el ocio. El PST es un programa que ofrece actividades deportivas en la escuela y la educación integral es un movimiento que busca ampliar los servicios educativos para los niños y los jóvenes. La relación entre las prácticas deportivas y de ocio del grupo se reunieron son complejos, exigió opinión sobre esta acción del gobierno. La metodología es la descripción y el análisis de contenido. Entendemos que la realización PST contribuye al movimiento de educación integral en Brasil y que su propuesta sería promover actividades que huyen del formato ya que ofrece la escuela influyen en las experiencias de ocio atendida por el programa.

PALABRAS CLAVES: PST; ocio; educación integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, P. F. A. Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos. 2009. 176 f.; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2009.

BRACHT, V. e ALMEIDA, F. A política de Esporte escolar no Brasil: a Pseudovalorização da Educação Física. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo. Brasília, 2008. (Livro Verde).

BRASIL. Ministério do Esporte. [Protocolo de Intenções MEC/ME], [2003?].

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n.100 – Especial, p. 1015- 1035, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. Para onde caminham os CIEPS? Uma análise após quinze anos. *Cadernos de pesquisa*, n. 119, p. 147-174, julho/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a08.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte].

Esporte, política e sociedade. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004a.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Pedagogia do esporte. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004b.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Dimensões pedagógicas do esporte. Universidade de Brasília/CEAD, 2004c.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte] Jogo, corpo e escola. Universidade de Brasília/CEAD, 2004d.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Iniciação esportiva. – 1. ed. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005a.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Manifestações dos jogos. Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005b.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte] Manifestações dos esportes. Universidade de Brasília/CEAD, 2005c.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Elementos de pesquisa em esporte escolar: monografia. 1ª ed, Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005d.

DARIDO, S; OLIVEIRA, A. Procedimentos metodológicos para o PST. In: OLIVEIRA, A.; PERIM, G. *Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática*. Maringá: UEM, 2009.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, N. Sobre o tempo. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

FILGUEIRA, J. Gestão de projetos esportivos Sociais. BRASIL. In: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. *Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo*. Brasília, 2008.

GOMES, C. Lazer – Concepções. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.119-125.

OLIVEIRA, A.; PIMENTEL, G. Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer. Maringá: EDUEM, 2009.

OLIVEIRA, A.; PERIM, G. Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática. Maringá: UEM, 2009. (Livro Branco).

RIBEIRO, S. O lazer na política pública de esporte: Uma análise do Programa Segundo Tempo. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Bibliografia: f. 118-130.

WERNECK, C. L. G. Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais. Tese (doutorado): Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao Paraíso: Juventude e política social. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZALUAR, A. O esporte na educação e na política pública. In: *Educação e Sociedade*, nº38, abril de 1991 p. 19 a 44.